



Às nove horas do dia dezenove de abril de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES e MARA LÚCIA**; e o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA**, nos termos da Portaria nº 1587/2013; ausências justificadas dos Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocados os Conselheiros Substitutos, **SÉRGIO DANTAS e MÁRCIA COSTA**, para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA, SÉRGIO DANTAS e MÁRCIA COSTA**, para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Houve votação e aprovação das Atas das Sessões de nº's 014/2016 e 015/2016. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 1440012006-00; Prefeitura Municipal de Tracuateua; Prestação de Contas – 2006**; Responsável: Waldeth Gomes da Costa; Instrução: Auditor Alcimar Lobato e 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva (Resolução nº 12.361). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200105049-00; Prefeitura Municipal de Brasil Novo; Prestação de Contas – 2000**; Responsável: José Carlos Caetano; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: aplicação de multa (Resolução nº 12.362). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação da multa. **Processo nº 200012009-00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas – 2009 - Contas de Governo**; Responsável: Jaime da Silva Barbosa; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:



41 Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016.  
42 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
43 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
44 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
45 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas  
46 (Resolução nº 12.363) Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200012009-00;**  
47 **Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas – 2009 - Contas de**  
48 **Gestão**; Responsável: Jaime da Silva Barbosa; Instrução; 7ª Controladoria; Ministério Público:  
49 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; **Publicado no**  
50 **DOE nº 33.109, de 15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
51 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de  
52 multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada  
53 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
54 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, e  
55 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: aplicação de  
56 multa (Acórdão nº 28.932). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara  
57 Lúcia quanto a exclusão da aplicação da multa. **Processo nº 200022009-00; Câmara Municipal**  
58 **de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas – 2009**; Responsável: José Ronaldo Cardoso Brito;  
59 Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva;  
60 Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016.**  
61 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
62 manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e  
63 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**  
64 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
65 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, e  
66 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de  
67 multa (Acórdão nº 28.933). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara  
68 Lúcia quanto a exclusão da aplicação da multa. **Processo nº 1420022007-00; Câmara**  
69 **Municipal de São João da Ponta; Prestação de Contas – 2007**; Responsável: Jonas Vale da  
70 Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora  
71 convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (Redistribuído  
72 do Conselheiro Aloísio Chaves); **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016.** Cumprindo  
73 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
74 pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto  
75 apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a  
76 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.934).  
77 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1154062010-00; Fundo Municipal de**  
78 **Saúde de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas – 2010**; Responsável: Stélio Carvalho Castelo  
79 Branco Júnior; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;  
80 Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.109, de**



81 **15.04.2016.** Retirado de pauta. **Processo nº 1154222011-00; Fundo Municipal de**  
82 **Assistência Social de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas - 2011;** Responsável: Sonia  
83 Maria Sampaio Feitosa; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
84 Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.109, de**  
85 **15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
86 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e  
87 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**  
88 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
89 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de  
90 multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.935).  
91 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201505200-00; Fundo Municipal de**  
92 **Assistência Social de Bragança; Recurso Ordinário** contra a decisão do Acórdão nº  
93 25.998/2013, de 11.12.14; Responsável: Rosa Helena Antunes de Oliveira; Instrução: 5ª  
94 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel  
95 Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
96 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e  
97 negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
98 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo  
99 conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a modificação da decisão pela regularidade,  
100 com ressalvas, das contas (Acórdão nº 28.936). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves.  
101 **Processo nº 201603017-00; Prefeitura e Fundo Municipal de Assistência Social de Santo**  
102 **Antônio do Tauá; Denúncia - 2014 - Juízo de Admissibilidade;** Denunciante: Suely do  
103 Socorro da Silva; Denunciado: Prefeito Municipal Evandro Correa da Silva, Secretária Municipal Maria  
104 do Socorro Nunes da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral -  
105 Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.109, de**  
106 **15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua  
107 decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em**  
108 **discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** conheceu da Decisão  
109 da Relatora pela admissibilidade da Denúncia, com as recomendações constantes no voto (Acórdão  
110 nº 28.937). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. Ausência, por ocasião da votação, do  
111 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201506543-00; Fundo Municipal de Saúde de**  
112 **Alenquer; Contratos Temporários** nº's 037, 016, 040, 008, 007, 004, 030, 032, 003 e 042/2015,  
113 firmados com Jozinei Ferreira Freire e outros; Interessado: Markell Anderson Monte de Melo e Luís  
114 Flávio Barbosa Marreiro; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro  
115 Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental,  
116 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro  
117 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela*  
118 *negativa de registro dos Atos"*. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, e os Conselheiros  
119 Substitutos, Alexandre Cunha, Sérgio Dantas e Márcia Costa, acompanharam o Relator, na íntegra. A  
120 Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro dos Atos. A Presidência proclamou a



**Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 28.938). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201506558-00; Fundo Municipal de Alenquer; Contratos Temporários** nº's 011, 009, 023, 034, 026, 014 e 013/2015, firmados com Janaina Hilary de Sousa Assis e outros; Interessado: Markell Anderson de Melo e Luís Flávio Barbosa Marreiro; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela negativa de registro dos Contratos Temporários nº's 011, 009, 023, 026, 014 e 013/2015; e pelo registro do Contrato Temporário nº 034/2015*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, e os Conselheiros Substitutos, Alexandre Cunha, Sérgio Dantas e Márcia Costa, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro de todos os Atos. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos Temporários nº's 011, 009, 023, 026, 014 e 013/2015; e, **à unanimidade**, pelo registro do Contrato nº 034/2015 (Acórdão nº 28.939). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201515196-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Contratos Temporários** nº's 081, 082, 083 e 084/2015, firmados com Lucelina Carvalho da Silva e outros; Interessado: Jailson dos Santos Miranda, e Luís Flávio Barbosa Marreiro; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela negativa de registro dos Atos*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, e os Conselheiros Substitutos, Alexandre Cunha, Sérgio Dantas e Márcia Costa, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro dos Atos. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 28.940). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201603312-00; Prefeitura Municipal de Monte Alegre; Subsídio Lei Municipal nº 4.817/2012, de 13.08.12, que fixa os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;** Interessado: Arinos de Crito Chaves; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com ressalva, e aplicação de multa a ser imputada na competente prestação de contas do exercício de 2012, oportunizando-se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa, a quando da citação do mesmo (Resolução nº 12.364). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201603319-00; Câmara Municipal de São Félix do Xingu; Diária - Resolução 001/2016, de 24.02.2016, Diárias de Servidores;** Interessado: Moisés Conceição Milhomem; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no**



161 **DOE nº 33.109, de 15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
162 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada  
163 **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
164 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.365). Presidência  
165 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201603737-00; Câmara Municipal de Tucuruí;**  
166 **Diária** - Resolução 001/2016, de 17.03.2016, Diárias de Vereadores e Servidores; Interessado:  
167 Daivyson Furtado da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira  
168 Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.109, de 15.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
169 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do  
170 Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A  
171 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato  
172 (Resolução nº 12.366). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA**  
173 **ADMINISTRATIVA:** Presidência do Conselheiro Cezar Colares. O Conselheiro Aloísio Chaves pediu  
174 a palavra e submeteu ao Plenário a solicitação de cessão do servidor Natanael Gomes de Souza,  
175 efetuada pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Márcio Miranda. A  
176 matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
177 **unanimidade**, decidiu autorizar a cessão pretendida. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.**  
178 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a  
179 presente Sessão, às dez horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.  
180 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezenove de abril de dois  
181 mil e dezesseis.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**  
Presidente da Sessão

Conselheiro **Aloísio Chaves**  
Presidente da Sessão